

Tensionando o PCC em Minas Gerais: comparações possíveis entre o Triângulo Mineiro e a RMBH¹

Thalia Marques (UFSCar)

Isabela Araújo (UFSCar)

Resumo

Este *paper* tem busca desvelar como se dá a atuação do PCC na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Triângulo Mineiro, a partir de uma perspectiva comparada. O intuito é preencher a lacuna dos estudos sobre a facção em Minas Gerais que tem focado apenas na capital como representativa da realidade do PCC nas diversas regiões mineiras. Para isso, foram realizadas entrevistas com integrantes e ex-integrantes da facção no Triângulo Mineiro e na RMBH, contudo na capital eles estavam detidos no Complexo Penitenciário Nelson Hungria. Os dados analisados reforçam a plasticidade inerente à própria organização do Comando, que o permite se moldar contextualmente, de acordo com as diferentes configurações criminais existentes nos locais que se expande. Disto isto, os mecanismos econômicos, políticos e de apoio à comunidade mobilizados pela facção para conquistar atores criminais e regular mercados ilegais são reivindicados de formas distintas na RMBH e no Triângulo.

Palavras-chave: PCC; dinâmicas criminais; prisão; Minas Gerais

Introdução

Até meados dos anos 2000, o estado de Minas Gerais foi percebido na literatura acadêmica como uma exceção às disputas violentas perpetradas por facções. O estado não teria a presença de facções nas ruas de sua capital, Belo Horizonte, (Beato, 1998; Rocha, 2020; Zilli, 2015) e mesmo que não fosse a intenção dos trabalhos, subentendia-se que a capital representava todo o estado. Apesar disso, já em 2006 foi criado um pavilhão exclusivo para os integrantes do PCC na Penitenciária Nelson Hungria, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RBMH), em que era alocados presos que se autodenominavam da facção ou que assim o Estado identificava (Duarte e Araújo, 2020a). Com o passar do tempo, se faz necessário a criação de um segundo

¹ VIII ENADIR 2023 - GT10. Dinâmicas criminais, práticas de justiça e gestão da punição.

pavilhão para comportar o crescente número de indivíduos identificados como pertencentes ao PCC. Se tornando cada vez mais evidente a presença do grupo em solos mineiros.

É evidente que a investida do Comando em contextos culturais, sociais e políticos completamente diferentes, não apenas provocaria efeitos distintos, como demandaria atuações específicas da organização. Neste sentido, os mecanismos econômicos e políticos mobilizados pela facção para conquistar atores criminais e regular mercados ilegais são reivindicados em outras localidades de formas diferentes, quando comparado com o caso paulista, como comumente é feito, ao se pensar em casos de atuação do PCC. No entanto, buscando avançar no debate, defendemos que o que existem são casos de atuação do PCC, e não um modelo de atuação da facção que seria reproduzido em outros contextos, a partir do momento que se expande.

Deste modo, é possível afirmar que o Comando é um em cada novo lugar que se insere. Isso, levando em consideração que as escolhas de expansão têm finalidades distintas e ali são construídas interações do grupo com o *Crime* local, que pode se desenvolver de inúmeras maneiras. Defendemos que não há, tampouco, “fases” do PCC, como uma visão evolucionista que percebe o PCC “estágios” da facção, a partir do caso paulista. O nosso argumento é que há múltiplas formas de atuação do PCC coexistindo, que deve ser estudado caso a caso, inclusive internamente a um estado, como é o caso mineiro que exploraremos neste *paper*.

Apesar de registros oficiais da existência do PCC no estado já em 2006 (Duarte e Araújo, 2020a), e denúncias do Ministério Público de Minas Gerais em 2014, apenas em meados de 2018 a atuação da facção em terras mineiras ganha mais evidência na mídia, após uma série de ataques a ônibus, bases policiais e prédios públicos nas regiões do Alto Paranaíba, Noroeste de Minas, Sul do estado e Triângulo Mineiro, em uma ofensiva que durou quase uma semana. Assim, trabalhos sobre a expansão do PCC para o estado vêm ganhando força (Ribeiro et al., 2019; Duarte e Araújo, 2020a, 2020b; Viana, 2022).

Contudo, ainda hoje a produção acadêmica sobre a facção em território mineiro avança lentamente, com poucos estudos especializados sobre o Comando para além da RMBH. Essa escolha metodológica tem deixado uma lacuna sociológica, uma vez que o cenário do “mundo do crime” mineiro é muito heterogêneo entre suas diversas regiões. Enquanto nas ruas da capital a literatura relata a presença de gangues, no interior, é possível perceber a presença de grupos faccionais, por exemplo, o PCC no Triângulo Mineiro (Bonesso, 2015; Marques, 2019; 2023). No entanto, no interior mineiro, ainda pouco foi produzido na literatura sobre a expansão faccional, que em algumas cidades é datada há mais de 20 anos (Marques, 2023).

Levando em consideração a diversidade das dinâmicas criminais no estado, este *paper* se propõe a desvelar quais são as formas de atuação do PCC na RMBH e no Triângulo Mineiro, a

partir de uma perspectiva comparada. Partimos do pressuposto teórico-metodológico de que, apesar da sua reconhecida presença na Penitenciária Nelson Hungria, o Comando não se fixou nas ruas da RMBH e não logrou construir hegemonia sob os mercados ilegais da capital. Enquanto o estabelecimento de hegemonia sob os mercados ilegais das cidades do Triângulo estudadas produziu fixação da facção na região. Apesar das diferenças nos resultados, é interessante pontuar o que aproxima a experiência de expansão do Comando nos dois contextos mineiros díspares: as prisões. São elas que também possibilitaram a chegada e expansão da facção, da estratégia do governo paulista de transferência de reclusos vistos como supostos líderes do PCC para outras unidades da federação. (Feltran, 2012; Dias, 2011; Manso e Dias, 2018).

Neste sentido, tanto a literatura como os dados aqui analisados demonstram que a expansão do PCC para a RMBH se restringiu nas penitenciárias, por meio da transferência de *irmãos* do Triângulo, Sul de Minas ou outros estados próximos, como São Paulo (Ribeiro et al., 2019; Duarte e Araújo, 2020b); enquanto no Triângulo sua presença nas penitenciárias foi um dos elementos centrais que permitiu a construção de hegemonia da facção sob os mercados ilegais da região. Levando em consideração a centralidade da prisão para a compreensão do PCC na RMBH, para este artigo foram analisadas 14 entrevistas com reclusos da Penitenciária Nelson Hungria, dentre eles membros autodeclarados do PCC, companheiros de pavilhão que negam a sua filiação e também detidos sem qualquer relação com o grupo. Importante ainda ponderar que as entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2019. Já contemplando o Triângulo Mineiro, foram analisadas entrevistas com irmãos e ex-integrantes da facção, realizadas durante pesquisa qualitativa em três cidades que compõem a região, entre os anos de 2018 a 2021.

PCC's: a multiplicidade de formas de atuação do Primeiro Comando da Capital

Apesar de muitas vezes ser relatado em trabalhos acadêmicos como um grupo que possui um modelo original e originário a ser seguido e aplicado em todos os lugares para onde se expande, é indubitável que é justamente a plasticidade organizacional do grupo, que permite sua adaptação durante sua expansão, marcada pela interação com grupos e dinâmicas criminais locais. Essa plasticidade que permite uma atuação situacional, de acordo com o que demandam os contextos nos quais se inserem. Além de permitir que Disciplinas² ocupem posições de poder para atuar na resolução de conflitos sem que detenham o poder que é da facção (Feltran, 2018).

² Disciplina é o *irmão* responsável por arbitrar conflitos cotidianos no bairro em que está, a posição é ocupada pelas pessoas mais respeitadas.

Um indicativo considerável dessa realidade do grupo pode ser compreendida pela construção analítica da metáfora da maçonaria, em que Feltran (2018) argumenta aproximações possíveis entre ambos os grupos, partindo da concepção de que as duas podem ser compreendidas como fraternidade que visam o progresso de seus integrantes. No entanto, a “fraternidade” é apenas uma das três faces que a facção pode manifestar, que se soma à atuação “mercantil” ou “empresarial”, com foco no seu poder econômico, defendendo que os lucros são sua finalidade. Para além da face “guerreira” ou “bélica”, em que o poder político seria sua finalidade, comparando sua organização a de um comando militar que se organiza em torno de um general. Todas as três “faces” podem ser compreendidas como formas de atuação do Comando, não sendo excludentes ou até mesmo evolutivas, nem ao menos representam o funcionamento geral da facção, mas sim de Sintonias³ específicas.

Ainda que o PCC não possa ser explicado apenas por sua face mercantil ou por sua face guerreira, pois as conquistas monetárias ou poderio de força política não são a única finalidade da facção, podemos observar a predominância de faces da facção ao isolar, no tempo, os locais para os quais se expande. Por exemplo, durante os conflitos ocorridos em estados do Norte e Nordeste após a ruptura do PCC com o CV em 2016, onde a face guerreira prevaleceu. No Ceará, Paiva (2019) relata como a ruptura instaurou uma nova rotina de mortes e chacinas decorrentes da ruptura entre PCC e CV, que se aliaram, respectivamente, ao GDE (Guardiões do Estado, facção regional) e ao FDN (Família do Norte, facção originária no Amazonas). O fim da aliança entre CV e PCC definiu, temporariamente, o “fim da paz” no estado, iniciando o maior conflito armado vivido no Ceará, marcando profundamente o cotidiano de moradores das periferias do estado, com a instauração da prática de punição a moradores que supostamente haviam contribuído com a polícia ou facções rivais durante este período (Paiva, 2019).

O maior massacre ocorrido em prisões após a ruptura entre CV e PCC ocorreu no Amazonas, durante rebelião no Compaj, em Manaus, em 2017. Durante a ofensiva, mesmo reclusos que não eram *irmãos* foram mortos, sob a justificativa de que estavam no convívio com o PCC. Candotti, Melo e Siqueira (2017) demonstram como as mortes decorrentes dessas rebeliões (e da ruptura entre as duas facções e, na sequência, a construção de alianças com facções locais), além das missões posteriores para vingar os massacres ocorridos em prisões do Norte e Nordeste do país, determinaram o modo como o FDN passou a fazer o *Crime* no estado. Massacres decorrentes da suspensão do acordo entre as duas facções também foram vivenciados no Rio Grande do Norte, no

³ As Sintonias são posições de poder que compõem a organização da facção. Cada Sintonia possui autonomia para agir em relação às outras.

qual o SDC (Sindicato do Crime) empreendeu uma forte resistência ao PCC (Melo e Rodrigues, 2017).

Já no Paraguai, por exemplo, onde o PCC começou a atuar a partir da fronteira com o Brasil pelo controle das rotas de mercadorias ilegais, por muito tempo a sua atuação se restringiu à sua face mercantil. Essa relação da facção representaria uma Sintonia, a Sintonia do Progresso, focada na dimensão empresarial do grupo – atuando na arrecadação e administração de recursos financeiros. Mais recentemente, com a inserção do Comando nas prisões paraguaias, este cenário tem apresentado mudanças. Em menos de uma década a facção se expandiu de forma notável no país e hoje é a conexão mais forte da facção fora do Brasil, onde batiza membros e auxilia financeiramente as famílias de reclusos batizados. Atualmente, com 1500 batizados no país, além de coordenar os mercados ilegais na fronteira entre Paraguai e Brasil, abastecendo na Bolívia e enviando à Europa, está presente nas principais prisões paraguaias, e expandindo para território argentino, demonstrando sua capilaridade.⁴

Em São Paulo, a face fraternal é a mais conhecida da facção, por ser onde surge o Comando e, sobretudo, pela expressiva redução de homicídios desde o início da década de 2000, com taxas de homicídio ainda baixas hoje⁵. A expressão dessa face foi possível por sua forma de atuação nas periferias paulistas, principalmente pela instituição do mecanismo de debates, que passou a arbitrar os conflitos entre o *certo* e o *errado* na lógica criminal, evitando ao máximo a morte como punição e rompendo com cadeias de vendeta, além do tabelamento do tráfico de drogas no varejo, evitando disputas políticas em torno do mercado de drogas legalizadas ou pela posse de territórios de *bocas* (Biondi, 2010; Feltran, 2011; Dias, 2011). Nesse sentido, em São Paulo, o PCC teve o papel de conter antigos conflitos em torno do mercado varejista de drogas, disputado por pequenos grupos fragmentados, por meio da mediação de conflitos e regulação dos mercados ilegais. Como vimos, não foi assim em todos os casos de atuação da facção.

Em Minas Gerais, na RMBH, em um primeiro momento a presença do PCC fortaleceu a face guerreira, pela tática de “bater metas”, incentivando o *batismo* apenas para aumentar o número de *irmãos*, tendo em vista que a face empresarial não estava sendo favorecida no início de sua expansão para a região, pela suspensão do pagamento da cebola⁶ (Ribeiro et al., 2019; Viana, 2022). Já no Triângulo Mineiro, a face mercantil foi a primeira a se apresentar, pela disputa política pelos

⁴ Ver “Tenés que ir a matar a alguien, si no, morís”. Disponível em:

<https://www.lanacion.com.ar/seguridad/la-logia-narco-tenes-que-matar-a-alguien-si-no-moris-asiopera-la-hermandad-cri-minal-brasilena-que-nid11062022/#/>

⁵ De 2001 a 2010, sobretudo entre jovens homens negros (pretos e pardos, segundo IBGE), segundo dados do DATASUS. Sobre a redução dos homicídios em São Paulo e a relação com o PCC, ver também Manso (2019); Feltran et al. (2022) e Justus et al. (2018).

⁶ *Cebola* é a mensalidade que *irmãos* batizados do PCC pagam à facção.

mercados de drogas ilegalizadas, seguido da face guerreira, pelo mesmo motivo. Foi apenas após o estabelecimento da facção nas periferias cidades estudadas por Marques (2023), que a face fraternal começou a aparecer, contendo mortes vistas como banais entre integrantes do *Crime* local e outras violências nas periferias que está presente. Considerando que o PCC é feito e refeito a partir das variações em cada lugar, interessa compreender como a facção tem atuado caso a caso, partindo de suas características particulares e evidenciando as tensões próprias de cada caso, para seguir a comparação.

Os “acelerados” e os “faccionados”: o PCC em território mineiro

Ricardo é um homem alto, magro e negro que nasceu em Uberlândia, maior cidade do Triângulo Mineiro, segunda maior cidade de Minas Gerais. Em Uberlândia, conheceu o PCC no início dos anos 2000, durante a sua adolescência, mais precisamente em 2003, por amigos que simpatizavam com o grupo, até então incipiente na cidade. Ricardo sempre morou em Uberlândia, cidade em que se tornou *irmão*, cumpriu *missões*⁷ e esteve recluso nas duas penitenciárias municipais. A trajetória de Ricardo nos ajudará a compreender a expansão e constituição do PCC na maior cidade do Triângulo, enquanto a trajetória de Miguel, que leremos em seguida, nos ajuda a pensar o porquê da facção não se fixar na RMBH, apesar de sua considerável presença na Nelson Hungria.

No momento da nossa entrevista, Ricardo tinha 41 anos e já havia integrado o PCC por quase uma década, tendo se tornado *irmão* em 2009. Mas a expansão do Comando para a cidade é muito anterior, datada de 1999, por meio de uma carta encontrada na penitenciária de Uberlândia. Entre 1999 e os primeiros anos de 2000, enquanto a facção paulista ainda estava se estabelecendo nas unidades prisionais de Uberlândia, se expandia violentamente pelas ruas da cidade. Nas ruas, o primeiro movimento da facção na cidade foi a de disputar politicamente o controle dos mercados ilegais com grupos de *gangues* que possuíam dinâmicas criminais próprias, o que levou a muito mais violência e mortes do que “pacificação” ao *Crime* local.

Diferentemente do que demonstraremos no caso da RMBH, a, as *gangues* não frearam a expansão do PCC para a cidade, muito menos foram eliminadas ou incorporadas sem resistência. Ainda que o Comando tenha logrado que parte considerável dos dissidentes destes mercados fossem mortos ou integrados, para que outros elementos pudessem ser instituídos, visando seu avanço nos mercados ilegais da cidade, estes atores não precisam deixar de existir para que a facção assumira sua

⁷ As *missões* são tarefas designadas a integrantes do PCC pela Sintonia de inteligência e comando militar da facção, a Sintonia Restrita. Geralmente envolve ações que *batem de frente* com o Estado, com o objetivo de matar agentes penitenciários, políticos ou outros adversários da facção.

hegemonia sob os mercados ilegais e as periferias urbanas das cidades. Por exemplo, Ricardo cita que no bairro de sua irmã, os moradores “acreditam muito mais no PCC do que na polícia”, ao narrar o caso de um possível estupro ou roubo em um bairro “que há Disciplina” e que é “de trabalhador”. Por meio dessas interdições e normas de convivência, o PCC passou a também conquistar legitimidade nas periferias urbanas de Uberlândia.

Ricardo foi institucionalizado no sistema penitenciário em 2015, após cumprir exitosamente uma *missão* que lhe foi atribuída pelo Comando. A *missão* determinava que Ricardo e outros companheiros tirassem a vida de um policial penal na cidade, como forma de *fazer frente ao sistema*. A nível individual, ser escalado para uma *missão* é visto como uma positividade das habilidades de *guerra* de um *irmão* e uma oportunidade de demonstrar sua *disposição* para seus parceiros, levantando sua reputação e *consideração* no universo criminal. Além disso, o não cumprimento de uma *missão* pode levar à morte como consequência, como bem me explica Ricardo.

As *missões* são uma demonstração de força e poder pela facção que são viabilizadas por sua articulação local, demonstrando que além de comercialmente, estavam atuando politicamente em Uberlândia, assumindo a soberania da força com o objetivo de confrontar o Estado. Foi apenas por meio do seu estabelecimento nas penitenciárias da cidade, via gestão da população carcerária, reivindicação por melhores condições para os reclusos e apoio às suas famílias; seguido do estabelecimento do mecanismo de justiça do PCC, via *debates* que mediam conflitos nas periferias urbanas que a facção está presente, que a facção pôde se instituir na cidade a ponto de ter *missões* designadas e bem sucedidas. Como veremos para o caso da RMBH, no qual, a exigência de execução de missões se torna justificativa para o não ingresso na organização.

Assim como Ricardo, Miguel também nasceu no Triângulo Mineiro, na cidade da Saúde⁸ e ainda muito jovem se inseriu nas dinâmicas criminais da cidade. Ali foi detido algumas vezes, contudo o primeiro contato com o PCC foi por meio da sua passagem pelo sistema prisional paulista, quando o grupo já tinha construído sua hegemonia. Ao conhecer os ideais do Comando na regulação de homicídios e comparar com a realidade de sua cidade em que “muitos caras bons do crime que morriam por causa de pouca coisa”, ao voltar para seu estado de origem, Miguel, que já era visto como uma liderança, começou a “fechar dentro da cidade” com o PCC, e trazer junto com ele seus parceiros. Apesar de ter conhecido a facção em São Paulo, foi Uberlândia, outra cidade do Triângulo Mineiro, que ele encontrou seu lugar de atuação no Comando, pois ali a presença do

⁸ Nome fictício, utilizado aqui para a cidade de menor porte, que possui em média 100 mil habitantes, em função da possibilidade de identificação de interlocutores. Manteremos os nomes para as outras cidades.

grupo já tinha se sedimentado. No momento da entrevista, ele afirmava tentar trazer os ideais também para a capital de Minas Gerais.

A trajetória de Miguel é marcada por idas e vindas no sistema penitenciário entre duas cidades do Triângulo, até o momento que foi levado à Nelson Hungria. Sua ida a Belo Horizonte foi fruto de uma transferência, para concentrar os integrantes da facção nos mesmos pavilhões. Essa prática é comum e frequentemente utilizada pelos gestores prisionais para impedir o crescimento do Comando em todo o estado. Acontece que essa tentativa de desarticular o crescimento capilar do PCC, tem como consequência o mecanismo que permitiu a expansão da facção e que garante a presença do grupo na capital (Duarte e Araújo, 2020b).

Isso porque os indivíduos que foram detidos e são oriundos ou tiveram passagem pelo sistema prisional de São Paulo, Sul de Minas e Triângulo Mineiro, são considerados automaticamente como presos faccionados, e com isso são alocados nos pavilhões do PCC na Penitenciária Nelson Hungria. O que acontece é que indivíduos que não conheciam ou tinham relação com os ideais do grupo, passam a conviver diariamente com os *irmãos*⁹. Diante dessa realidade, o grupo acaba utilizando dessa política prisional para se fazer presente dentro do cárcere belorizontino, e com isso tentar a sua fixação na cidade. As palavras de Pedro são um bom exemplo desse cenário: “nós não somos facção, mas preferimos ir para lá, porque, querendo ou não, tem uma paz, um respeito lá, preso não desrespeita preso, tem as disciplinas lá, entendeu?”

Ao aceitar conviver com presos que não pertencem ao grupo, o PCC apresenta parte de seu *proceder* na prática, tornando o seu pavilhão mais “disciplinado”, com relações baseadas no “respeito” e no “diálogo”, nas palavras dos entrevistados. A proibição do consumo de crack, furtos, estupros, brigas e mortes dentro do pavilhão, bem como o desincentivo a discussões, faz com que, apesar de ser marcado como “preso faccionado” pelo Sistema de Justiça Criminal, “pagar cadeia” nos pavilhões 1 e 3 - destinados à Facção - não seja visto como desvantagem. E é essa apresentação prática diária do que prega o PCC que leva a possíveis aproximações e *batismos*.

Essa dinâmica é fundamentalmente importante porque o grupo encontra empecilhos para conquistar membros em solos belorizontinos, como a literatura vem demonstrando (Ribeiro et al., 2019; Duarte e Araújo, 2020; Viana, 2022). Nas entrevistas realizadas, parte dos entrevistados afirmaram não pertencer ao grupo, sendo apenas “simpatizantes” pelos ideais da facção, aceitando viver com base nas regras de convivência impostas pelo Comando. Em contrapartida, aqueles que se declararam *irmãos*, em sua maioria, vindos de cidades do Triângulo Mineiro, caracterizavam os presos de BH como “mente fechada” (Ribeiro et al., 2019; Viana et al., 2023). Apesar do termo não ser presente nas entrevistas realizadas, sempre que o assunto era o estabelecimento do Comando na

⁹ Como são chamados os membros batizados na facção.

RMBH, os *irmãos* deixavam claro que em Belo Horizonte havia uma crença de que o PCC “vai mandar no que é deles, vai mandar neles, vai comandar na quebrada deles”, nas palavras de Miguel.

Além disso, há uma crença generalizada de que ao se batizar, não é apenas o próprio indivíduo que passa a ser fiel à organização, mas também seus familiares. Assim, é no temor de que seus familiares sejam escalados para missões, uma vez que devem ser executadas nas ruas, que os presos alocados na Nelson Hungria encontram justificativas para a recusa dos convites para integrar a facção. Cabe, entretanto, ressaltar que não há registro dessa dinâmica de inserção familiar. Em geral, as *missões* são designadas para *irmãos considerados*, que tem uma reconhecida *disposição* no universo criminal e para aqueles que estão em dívidas ou são conhecidos por serem “indisciplinados”. No entanto, em tese, o compromisso com a facção quem arca é o *irmão* ou quem está em dívida com o grupo, não a família e amigos.

Diante deste cenário, para os *irmãos* do Triângulo, os beloizontinos são vistos como “desorganizados” pela resistência de se integrarem à facção, alegando que ao invés de se unirem para guerrear contra a polícia, preferem guerrear entre si (Ribeiro et al., 2019). Já os reclusos beloizontinos relatam que preferem ter autonomia para comercializar drogas ilegalizadas pelos valores que quiserem, assim como matar seus rivais sem a necessidade de solicitar um aval, a ser avaliado pelo Comando.

Ou seja, diferente do que ocorre em Uberlândia, onde o convite para *batismo* na facção é visto como um reconhecimento da *disposição* e do comportamento irretocável de um *ladrão*, na Nelson Hungria o que se tem é uma recusa de indivíduos presos e inseridos em dinâmicas criminais de Belo Horizonte em se tornarem *irmãos*. Não à toa, como demonstra Duarte e Araújo (2020b) e Viana et al. (2023), o grupo passa a ter “metas de *batismo*”, para se chegar a um número mínimo, ou ideal, de integrantes, para que o estado se tornasse “independente”. É necessário, porém, trazer dois apontamentos diante dessa realidade. Por um lado, para alcançar a meta se abre mão da qualidade daqueles que são convidados para integrar o grupo. Com critérios flexibilizados para o *batismo*, há uma expansão “desenfreada”, que desencadeia um quadro de *irmãos* sem *disposição*, sem *padrinhos* como fiadores de suas ações e que podem colocar em risco a imagem da facção. O resultado é a exclusão de *irmãos* recém-batizados por discrepância com os ideais do Comando.

Por outro, os *batismos* não resultam na expansão, nem na fixação e, muito menos, uma hegemonia do grupo na RMBH do estado. Os relatos das entrevistas demonstram uma relação quase que utilitária com o Comando. O grupo se faz presente na capital através de rotas de indivíduos presos no Triângulo, e é dentro do sistema que se faz mais consistente, nos dois pavilhões restritos a eles. Assim, diante do desinteresse do Estado em resolver questões estruturais e a própria estrutura

prisional de violações de direito e subjetividade, o grupo se torna, temporariamente, a solução para driblar as demais privações carcerárias.

Não por coincidência, é justamente o caráter familiar e assistencial o mais apontado nas entrevistas, fazendo com que as faces “mercantil” e “guerreira” (Feltran, 2018) fiquem em segundo plano. A assistência dada pelo PCC à família dos *irmãos* detidos e sua ida à unidade em dias de visita, o envio de pertences aos membros institucionalizados, bem como a assistência jurídica e médica, era predominante nos relatos de presos *irmãos*, *companheiros* e também daqueles que não possuíam qualquer relação com o Comando. O que define o grupo dentro da Nelson Hungria, para os próprios indivíduos aprisionados, é o respeito, união e ajuda do grupo entre os seus *irmãos*.

Para além de abrir mão da qualidade dos membros, as entrevistas apontam para uma flexibilização, considerável, da própria disciplina do PCC. Ribeiro et al. (2019) argumentam como a rigidez do grupo, a totalização do indivíduo e a exigência do cumprimento de *missões* são explicações para a resistência pelo *batismo* para os entrevistados em 2015 e 2017. Enquanto no Triângulo os *irmãos* demonstram, nas entrevistas realizadas, *disposição* para executar as *missões* impostas pelo Comando, demonstrando uma maior aceitação de arcar com os compromissos assumidos com a facção.

Destoando do que foi relatado a Ribeiro et al. (2019), em 2019 os membros entrevistados demonstraram uma outra realidade. Apesar de o PCC ser um “corpo único e coerente”, havia espaço para adaptações, que no contexto belorizontino, se traduz por possibilidade de flexibilização. Percebemos, no entanto, que essa flexibilização foi uma das estratégias do Comando conseguir permanecer na RMBH, ainda que se restringindo às penitenciárias. No próprio relato de Diogo, membro antigo do Comando, o PCC é sempre o mesmo, o que pode vir a mudar são as interpretações. Deste modo, o Comando empreende esforços para adaptar a realidade local, buscando angariar membros em Belo Horizonte.

Aqui eu posso batizar qualquer um que não interfere em nada, não sou punido nem nada se ele for excluído. No estado de São Paulo, eu sou responsável por ele durante 2 anos. (Jorge - detido do pavilhão do PCC na Penitenciária Nelson Hungria)

tem porque tipo assim, é tudo igual, PCC é um só, mas é um todo organizado, só que o que acontece, tem por ser um lugar em que eles não conhecem direito, estão no ritmo deles, tem pouco entendimento, aí devido a essas coisas, nós flexibilizamos, porque se não for, às vezes pune um por causa de o cara não ter entendimento, aí é flexível (Miguel - detido do pavilhão do PCC na Penitenciária Nelson Hungria)

Esse cenário aponta para a nossa hipótese teórica-metodológica, quando se fala sobre o PCC em Belo Horizonte, ao contrário do Triângulo Mineiro, se fala sobre o grupo dentro do sistema prisional, é dentro das grades imposta pelo Estado que ele encontra seu território mais fértil de atuação e presença. Com isso não estamos dizendo que não há nenhuma atuação do grupo nas ruas

belorizontinas ou que a facção não está presente nas periferias da cidade, mas que sua presença e adesão para fora dos cárceres é inferior ao esperado. Felipe, um jovem detido na Nelson Hungria que não tem envolvimento com o PCC, é enfático ao afirmar que na capital do estado a presença do grupo é circunscrita ao ambiente carcerário, que fora da unidade, a dinâmica da cidade é outra.

Cada um tem suas diferenças, tem suas diferenças, tem seus problemas ali, um tem problema com o outro, por isso que tem, que fala a guerra, cada um tem guerra com o outro, e isso e aquilo, entendeu? Mas, facção aqui em BH não tem não. Tem o PCC dentro das cadeias e tudo, mas na rua mesmo, para dominar BH assim igual tem nos estados aí a fora, não tem não, aqui não, aqui não tem isso não. (Felipe - detido na Penitenciária Nelson Hungria)

Essa fala é emblemática para a compreensão do contexto da dinâmica criminal que o PCC encontrou em Belo Horizonte quando chegou. O cenário ainda é dominado por pequenos grupos de *gangues* fragmentados, com alto senso de territorialidade e dinâmicas próprias de rivalidade (Rocha, 2020; Zilli, 2015). Assim, seria ilusório acreditar que estes diversos grupos, que se relacionam por rivalidades construídas há anos e que permanece de forma longínqua no tempo, para se unir em um só grupo que prega uma irmandade. É se referindo às relações entre as *gangues* e suas dinâmicas de atuação que os integrantes do “mundo do crime” de BH são vistos como “acelerados”.

Ter um ritmo acelerado se relaciona, nos relatos apresentados, a uma “bagunça” na atuação, um agir “dentro da emoção”. Não à toa é caracterizado com as mortes de “caras bons do crime” ou ações que são executadas sem pensar nas consequências. Deste modo, em contrapartida ao que se tem, os *irmãos* que defendem os ideais do PCC na Nelson Hungria ou do Triângulo se veem como o grupo capaz de dar “coesão” e “racionalidade” para as atuações em Belo Horizonte. Aqui nos parece se estabelecer uma relação de oposição, em que um cenário marcado por *gangues* é visto como um estágio ainda imaturo das dinâmicas criminais белорizontina, que impede a fixação do PCC, que, na concepção de seus membros, traria para a cidade coesão, regulação e “*paz entre os ladrões*”.

Ainda que os *irmãos* do Triângulo estejam observando os reclusos e integrantes do “mundo do crime” da RMBH a partir do prisma do PCC, os percebem como “bagunçados” ou como vítimas e autores de “mortes banais” por terem passado por processos similares, anterior à chegada da facção. Após a chegada do PCC na penitenciária de Uberlândia houve uma série de conflitos com o *Crime* local, marcado por *gangues*, no início dos anos 2000. A integração ou eliminação dos dissidentes após os conflitos decorrentes da disputa política pelos mercados ilegais permitiram que o Comando se estabelecesse como ator hegemônico nos mercados ilegais da cidade e, em um processo com temporalidades distintas nas últimas quatro décadas, de outras cidades próximas à Uberlândia.

Diante do exposto, a partir desta inicial tentativa de aproximação de duas realidades diferentes dentro de um mesmo estado da federação, buscamos demonstrar a diversidade de atuação do PCC e a sua possibilidade adaptativa ao se inserir em novos contextos. Para além da plasticidade da organização, ao traçar paralelos entre sua atuação no Triângulo Mineiro e a Região Metropolitana de Belo Horizonte, duas regiões situadas no contexto mineiro, fica perceptível que se inserir e estabelecer alguma fixação nos locais para os quais se expande depende de diversos fatores externos, situacionais e locais, que vão muito além de modelos estabelecidos, rígidos e replicados sem conexão com as dinâmicas locais, condições que o PCC desde o início demonstrou estar atento, buscando driblar-las para continuar seu processo de expansão.

Considerações finais

O Comando é feito e refeito cotidianamente, no tempo e no espaço. Os recursos analíticos utilizados para apreender o PCC a partir de dois casos situados em Minas Gerais nos ajudaram a desvelar formas muito distintas de atuação e apreensão do universo criminal pela facção. Essas comparações iniciais demonstram a plasticidade organizacional da facção, demonstrando que cada caso de expansão da facção deve ser analisado como um caso de atuação específico, dentre tantos outros possíveis. Portanto, defendemos que é necessário compreender cada caso de atuação do PCC por si mesmo. As comparações são válidas para traçar similaridades e diferenças, continuidades e rupturas na sua atuação em distintas localidades e temporalidades. No entanto, tomar suas expressões em distintos contextos a partir do caso de atuação paulista, berço da facção, ou apenas como variantes do caso paulista, é ignorar a multiplicidade de possibilidades da atuação do grupo, que em diferentes contextos interagem com novas dinâmicas criminais.

Este *paper* é assim um primeiro esforço de aproximação de duas formas distintas de atuação do grupo em território mineiro. Se no caso de atuação do PCC no Triângulo Mineiro vemos, a longo prazo, o estabelecimento da facção, a partir de hegemonia sob os mercados ilegais, como mediadora de conflitos, assumindo um papel de regulação de homicídios e contenção de outras violências aos moradores de periferias urbanas nas quais está presente. No caso de atuação na RMBH, não observamos fixação do PCC para além dos pavilhões destinados à facção na Penitenciária Nelson Hungria, e internamente ao convívio penitenciário, passamos por outras particularidades de sua atuação, como a tática de “bater metas”, decorrente da resistência dos reclusos de integrar a facção, além da flexibilização de regras de conduta e de saída de integrantes.

À luz da nossa hipótese teórica-metodológica, percebemos que o esforço inicial de buscar compreender o PCC enquanto uma organização situada no território e no espaço, imersa em

contextos sociais específicos, como o da rotina prisional, dos mercados ilegais e das dinâmicas entre atores criminais, evidencia a sua inserção concreta nos locais para os quais se expande. Partir das faces do PCC, proposta por Feltran (2018) nos auxiliou a compreender o PCC de forma heterogênea e complexa. Na intenção de avançar no debate sobre grupos faccionais, argumentamos que deixamos de analisar a atuação do PCC como modelos do caso paulista de sua atuação, em uma “visão evolucionista da facção”, que pressupõe que o caso de São Paulo está em um “estágio mais avançado”, por sua instituição, enquanto em outras regiões ainda estaria em “estágio inicial”. Tomar modelos de atuação do grupo apenas oculta as inúmeras possibilidades de inserção do PCC no universo criminal, que não se limita à instituição de sua face fraternal como “estágio final”.

Tomar o PCC a partir de um modelo, para encaixá-lo em contextos díspares, apenas reduziria nossa capacidade de apreensão das formas de atuação da facção. O Comando apenas pode ser compreendido se o tomarmos em seus casos situados, observando como são desfeitos e refeitos por múltiplos atores. Ainda que sejam apenas duas regiões de Minas Gerais, estado que concentra 10% da população do Brasil e possui mais de 10 mesorregiões administrativas, nas duas diferentes histórias de presença da facção narradas, observamos um PCC que está atento às condições locais. Ainda há muito o que desenvolver, mas nos parece essencial que também estejamos atentos à plasticidade da facção, tendo em vista que compreender o universo criminal latino-americano hoje, passa também por compreender o PCC.

Referências bibliográficas

- BEATO, C. 1998. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, p. 74–87.
- DUARTE, T., ARAÚJO, I. 2020a. PCC em pauta: Narrativas jornalísticas sobre a expansão do grupo pelo Brasil. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* – Rio de Janeiro – Vol. 13 – no 2 – MAI-AGO – pp. 505-532
- DUARTE, T., ARAÚJO, I. 2020b. Caminho sem volta? Faces da expansão do PCC a Minas Gerais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 32, n. 3 - pp. 173-196
- FELTRAN, G. 2011. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp.
- FELTRAN, G. 2018. *Irmãos: Uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FELTRAN, G. et al. 2022. Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada no conflito faccional. *Dilemas, Rio de Janeiro – Edição Especial no 4 – 2022 – pp. 311-348*
- MANSO, B. 2019. A cena criminal brasileira mudou; compreendê-la ajuda entender as novas dinâmicas do homicídio. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 13, 36-39.
- MARQUES, T. 2023. *A Ordem: tempo analítico, homicídios e PCC no Triângulo Mineiro (1990-2020)*. Repositório da Universidade Federal de São Carlos, 156p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. Universidade Federal de São Carlos.
- RIBEIRO, L. OLIVEIRA, V., BASTOS, L. 2019. Pavilhões do Primeiro Comando da Capital: tensões e conflitos em uma unidade prisional de segurança máxima em Minas Gerais. *O Público e o Privado, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará*, 33: 213-241.
- ROCHA, R. 2020. Sobre a gramática moral do crime: A mobilização de justificativas e acusações em homicídios na Zona Leste de Belo Horizonte. *Dilemas: Rio de Janeiro, Vol.13, n3, p. 737-757*.
- ROCHA, R. 2014. A guerra como forma de relação: Uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. *Dilemas: Rio de Janeiro, Vol.8, n2, p. 277-301*.
- VIANA, D. 2022. *A Família, a empresa e o Comando: as faces do PCC em Minas Gerais*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado.
- VIANA, D., ROCHA, R., & RIBEIRO, L. 2023. O crime (des)organizado em Minas Gerais: peculiaridades de um estado brasileiro. *Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología*, 32(2), 14-31.
- ZILLI, L. 2015. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana da Belo Horizonte. *Etnográfica* vol. 19 (3), p. 463-487. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.4074>